



Editorial: Meio ambiente e política da “terra arrasada”?

A preservação ambiental é crucial para a manutenção da vida no planeta Terra! Tal afirmação parece óbvio. Entretanto, observamos que a própria humanidade não tem dado a devida relevância à questão, pois desde agosto de 2018, ela (humanidade) está em déficit com o planeta Terra, segundo alerta da Ong Global Footprint Network, que batizou a data como Dia de Sobrecarga da Terra. O que isso significa? Significa que antes do término daquele ano, já consumimos todo o orçamento anual de recursos naturais. Significa que o consumo de recursos – água, alimentos, emissões de carbono, fibras, madeira, terra – supera o volume que o planeta é capaz de renovar.

Mas, apesar dos inúmeros alertas de cientistas, ambientalistas, institutos e ongs, a situação continua dramática para a preservação da vida de milhões de espécies animais e vegetais, da qualidade da água, da terra e do ar.

Podemos exemplificar citando o fato de que hoje o planeta precisa de 1,2 trilhão de novas árvores para reduzir o excesso de dióxido de carbono na atmosfera e conter o aquecimento global, além de necessitar preservar o que já existe – 3 trilhões de árvores. Este é um número quatro vezes maior que a totalidade de árvores que vivem na floresta amazônica.

Podemos também exemplificar essa condição ambiental dramática citando a quantidade de espécies de animais e vegetais ameaçadas de extinção, segundo o relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (IPBES). Os cientistas destacam cinco principais causas de mudanças de grande impacto na natureza nas últimas décadas: perda do habitat natural, exploração das fontes naturais, mudanças climáticas, poluição e espécies invasoras. Tudo isso é resultado da atividade humana e significa uma ameaça direta ao bem-estar humano em todas as regiões do planeta.

Soma-se a isso, é necessário destacar o descaso de governos com a questão da preservação de um ambiente necessário à manutenção da espécie homo sapiens. No Brasil, os últimos três anos e, mais recentemente, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência



da República, um representante de forças sociais conservadoras à serviço de um capitalismo predatório, vivemos tempos sombrios e nada favoráveis às causas humanitárias e ambientais.

Como destacava o Editorial da Revista Educação & Sociedade (v.38, n. 141, 2017), “Os estratégicos ataques às conquistas sociais e aos direitos humanos compõem, na atual conjuntura, um quadro de retrocesso político de dimensões inigualáveis, se comparado ao período recente da sociedade brasileira que parecia encaminhar-se à superação de períodos históricos opressores, forjados por séculos de escravidão, de patrimonialismo e de relações sociais capitalistas altamente excludentes e autoritárias. Agora, impõe-se um movimento de liberalização das relações de e no mercado, principalmente as que envolvem a contratação da força de trabalho e de ampliação da regulação sobre a vida privada. É essa conjuntura atual que a literatura crítica tem, de modo recorrente, designado como onda conservadora”.

Os primeiros seis meses do governo de Jair Bolsonaro já têm sido considerados os mais desastrosos da história da política ambiental brasileira. São muitas as evidências de que isso vem ocorrendo: enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, revisão de todas as Unidades de Conservação Ambiental e a abertura das mesmas às práticas de turismo, freio na fiscalização do Ibama, a proposta de criação de uma “Cancún brasileira” em uma reserva ecológica (Tamoios), nomeação de policiais no lugar de especialistas em biodiversidade, desmantelamento da política climática, etc.

Discursos e práticas políticas oficiais parecem ter criado um clima de “liberou geral” com relação a qualquer obstáculo que favoreça à preservação do meio ambiente, tornando ainda mais dramática a situação ambiental brasileira. De janeiro a maio de 2019, tem-se a derrubada de 739 km² de floresta amazônica (o que equivale a dois campos de futebol por minuto), significando um aumento de 34% em relação ao mesmo período de 2018. Com o ritmo atual de desmonte da estrutura de fiscalização e da legislação ambiental demonstrado durante os seis primeiros meses deste governo, a destruição da floresta pode atingir um limite irreversível em 4 ou 8 anos, como prevê o cientista Paulo Artaxo, doutor em física atmosférica pela Universidade de São Paulo e estudioso da Amazônia desde 1984. E, trabalhos científicos recentes mostram que, desmatada uma área de 40% da floresta original, o restante não consegue sustentar o funcionamento de um ecossistema de uma floresta tropical chuvosa e, nesse cenário, parte da floresta poderia não ter condições de se sustentar. A Amazônia já perdeu até agora cerca de 20% da cobertura original. "Reduzir o desmatamento é uma questão absolutamente crucial para a estabilidade do clima do planeta - assim como

reduzir as emissões de combustíveis fósseis dos países desenvolvidos”, explica Artaxo, em entrevista concedida a BBCNews em 27/06/2019.

E na contramão mundial, o governo atual libera 200 agrotóxicos. Um aumento de 42% nos primeiros quatro meses de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018. É o maior volume de liberação da história. Segundo o Centro de Estudos Ambientais, somente no estado do Rio Grande do Sul, o uso intensivo e extensivo de agrotóxicos na agricultura já foi responsável pelo extermínio de 500 milhões de abelhas, seres vivos essenciais à polinização, reprodução e, portanto, preservação de milhares de espécies vegetais.

É a política da “terra arrasada” adotada por esse (des)governo, que além de criminalizar e discriminar os pobres e os diferentes, criminaliza e satiriza com menosprezo os ambientalistas e cientistas estudiosos e militantes da causa ambiental, e procura eliminar qualquer obstáculo à preservação de uma vida social e natural digna, justa e necessária?

Desde quando para viver podemos abrir mão da fotossíntese, da água potável, de alimento e doar livres de venenos e poluentes? O que estamos fazendo com o meio ambiente diz muito sobre quem somos, o que queremos e como queremos viver. Diz muito sobre nossa relação com o meio ambiente.

A Poiésis tem a grata satisfação de publicar mais um número da revista, composta de artigos de demanda contínua e artigos do Dossiê “Ambientalização Curricular e Sustentabilidade Socioambiental: por uma formação educacional crítica”, de renomados pesquisadores do campo da Educação Ambiental e possibilitar, assim, novas reflexões e proposições sobre a nossa relação com o ambiente no qual vivemos e dele dependemos para viver e sua necessária sustentabilidade. Como afirmam os organizadores desse dossiê, Antonio Fernando S. Guerra, Mara Lucia Figueiredo e Fátima Elizabeti Marcomin: “O tempo que se apresenta e vislumbra exige um sujeito crítico, atuante, reflexivo, instigante, capaz de transmutar a indiferença e buscar alternativas para a construção de sociedades equânimes, solidárias, comprometidas com a ética, a justiça e a sustentabilidade socioambiental em diferentes espaços”.

Dr^a Letícia Carneiro Aguiar

Coordenadora da Equipe Editorial